

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE - MA

REF.PROC. N ° 0101.04722.2020

Requerente: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços para realização da semana pedagógica de Professores e profissionais da educação básica do município de Vargem Grande/MA.

PARECER DE CONFORMIDADE 009/2020 - CPL

➤ **Relatório:**

Veio a conhecimento da Assessoria Jurídica do Município a existência do processo administrativo N° 0101.04722.2019, para a análise quanto à legalidade, cujo o objeto é a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços para realização da semana pedagógica de Professores e profissionais da educação básica do município de Vargem Grande/MA.

Do Controle Interno

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, “realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades do Tribunal, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia”.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise manifestação.

• **Limites para determinação da modalidade**

A realização de licitação na modalidade Carta Convite é aplicável para a contratação do objeto licitado em virtude do valor, nos termos da Lei nº 8.666/93. As modalidades podem ser definidas de acordo com o art.22, da Lei nº 8.666/93. Tal modalidade de licitação encontra-se disciplinada pela Lei nº 8.666/93 e alterações do Decreto Federal 9.412/2018 nos seguintes termos:

Art. 22. São modalidades de licitação: III - convite; ...

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. ...

§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);**
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



- II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:
- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
 - b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
 - c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Depreende-se dos autos, pois, que a licitação em questão amolda-se na disciplina legal acima transcrita. Como pressuposto desta modalidade, temos que para a sua validade será necessário haver pelo menos três convidados para o certame. O alerta que se faz com relação a essa escolha é que ela deverá ser efetuada visando sempre ao princípio da supremacia do interesse público e não de interesses individuais, sob pena de se caracterizar um desvio de finalidade.

• **Análise do Processo:**

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão, cuja regulamentação consta na Lei nº 8.666/93, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento legal nesta modalidade de licitação:

- Solicitação de abertura de licitação, feita pela Sec. Mun. De Educação tendo por finalidade a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços para realização da semana pedagógica de Professores e profissionais da educação básica do município de Vargem Grande/MA.
- Autorização para abertura do procedimento licitatório, conjunto;
- Portaria - designação do Presidente e equipe de apoio;
- Minuta do edital e contrato;
- Comprovante de Convite de três (03) empresas para o certame em apreço.
- Parecer da Assessoria Jurídica – sobre o procedimento licitatório conjunto e referente à minuta do edital e contrato;
- A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação de Aviso de Chamada de Edital nos quadros da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA;
- A Sessão Pública da Carta Convite Nº 001/2020 fora marcada para o dia 24 de Janeiro de 2020;



- Ata de Sessão Pública da Carta Convite 001/2020 relata a Abertura em 24 de Janeiro de 2020, Julgamento e Classificação das Propostas, com a Declaração do Vencedor do certame a empresa **A.R. DE LIMA COMERCIO E SERVIÇOS - ME;**

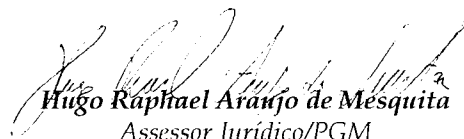
Desse modo, observa-se que o procedimento adotado está em conformidade com os ditames da lei, bem como a documentação encontra-se legalmente habilitada para efetivação do referido processo.

No mérito não há muito que se comentar. Em apertada síntese, o processo licitatório ora analisado, encontra-se em perfeita consonância com os mandamentos legais, estando apto a produzir seus efeitos legais e jurídicos. Todo o procedimento fora conduzido observando integralmente a legislação pertinente, conforme o mandamento da própria Constituição da República.

Por todo o exposto, encaminhe-se para homologação, empenho, contrato e publicação do Extrato de Contrato.

É o Parecer.

Vargem Grande (MA), 31 de Janeiro de 2020.


Hugo Raphael Araújo de Mesquita
Assessor Jurídico/PGM
OAB/MA 17.018